Centro de Memória - UNICAMP
CMUHE021218

ELEIÇÃO foi estopim da revolução. Correio Popular, Campinas, 09 jul., 2001.

Eleição foi estopim da revolução

Todos vencedores? Todos derrotados? A perplexidade era a resposta para os resultados efetivos da revolução de 32. Os Paulistas, apesar de derrotados no confronto armado, que durou três meses e somou 830 pessoas mortas (634 constitucionalistas), proclamavam-se moral e politicamente vitoriosos. Getúlio Vargas, então "dono" absoluto do País, assegurava eleições limpas e livres, e anunciava a Constituinte. "Era isso que queríamos, portanto, vencemos!", diziam os líderes paulistas. A cronologia ficou assim: Em 1932, guerra por eleição e Constituição. Em 1933, eleição. Em 1934, Constituição. É fato que "a vitória moral" dos paulistas durou pouco mais de mil dias, já que, em 1937, Getúlio Vargas voltou a fechar o Congresso.

O início do impasse político, que gerou a revolução de 32, foi a eleição de Júlio Prestes à presidência da República, em 1º de março de 1930. Getúlio Vargas, que concorreu ao pleito, não aceitou a derrota, lançou um manifesto denunciando a eleição e agredindo o novo presidente. Cinco meses depois, no dia 28 de julho, João Pessoa, candidato a vice de Getúlio, foi assassinado. O crime, segundo historiadores, foi cometido por motivos pessoais, foi atribuído pelos "getulistas" como crime político, tornando-se o estopim do movimento militar que, em outubro do mesmo ano, depôs Washington Luiz Pereira de Souza. Em 3 de novembro de 1930, Getúlio chegou ao Rio de Janeiro, então capital Federal, para assumir provisoriamente o comando da nação.

Getúlio Vargas promoveu a dissolução do Congresso nacional, das Assembléias estaduais e das Câmaras Municipais em todo o País. Nomeou interventores para todos os Estados, com exceção de Minas Gerais.

O interventor nomeado para São Paulo foi o tenente João Alberto Lins de Barros. A perda da autonomia revoltou os paulistanos que começaram a organizar-se em manifestações populares. No dia 23 de maio de 1932, os protestantes armados foram até a sede do Partido Popular Paulista. Foi onde começou o revide dos governistas, que causou a morte dos constitucionalistas Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza, Américo de Camargo Andrade (Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo, iniciais da sociedade M.M.D.C).

A revolução foi deflagrada no dia 9 de julho. Aos homens da Força Pública (atual Polícia Militar) e da 2ª Região Militar juntaram-se jovens estudantes alistados como voluntários.

Os embates ocorreram nas cidades do interior, bombardeadas pela força aérea federais. Foram para o campo de batalha 135 mil brasileiros, sendo 40 mil paulistas. O armistício que pôs fim ao conflito foi assinado no dia 2 de outubro.